

Uso consciente ajuda a reduzir em 25% o consumo de água em Campinas

Paulo Medina
paulo.medina@rac.com.br

No Dia Mundial da Água, celebrado hoje, 22 de março, a Sanasa, empresa responsável pelo abastecimento de água e saneamento de Campinas, comemora uma redução de 25% no consumo de água na cidade nos últimos 13 anos, o que ela atribui a uma série de campanhas educativas e de conscientização. A empresa divulga que a cidade tem apresentado queda de 25% no consumo de água. Em 2010, quando a população era de 1.080.113 pessoas, cada domicílio consumia 16,4 m³ por dia. Em 2023, com uma população maior, 1.139.047 habitantes, o consumo foi reduzido para 12,5 m³ por dia por imóvel. A Sanasa destaca que realiza campanhas educativas, via redes sociais, além de atuar nas escolas da cidade por meio de visitas ao Centro de Conhecimento da Água.

Volume do Cantareira é o mais elevado em uma década

Ainda há o Programa CASA - Ciclo da Água no Saneamento, que realiza ações de educação ambiental, para o engajamento comunitário, com o objetivo de sensibilizar os participantes nas questões que envolvem a água no sistema da prestação de serviço no saneamento. O programa leva palestras às escolas, comunidades e instituições locais. As campanhas se justificam, explicou a empresa, porque Campinas está localizada em uma área de escassez hídrica e divide o Sistema Cantareira com a Região Metropolitana de São Paulo.

"Campinas e região têm uma situação de abastecimento mais confortável em relação ao ano anterior, e a Sanasa tem feito obras que integram o Plano Campinas 2030 para garantir a segurança hídrica da cidade e o desenvolvimento sustentável. Fazem parte do plano a construção de mais 20 reservatórios, aumentando a capacidade de armazenamento de 142 milhões de litros para 196 milhões, a troca de 150 km de redes antigas por novas em Polietileno de Alta Densidade, material com durabilidade de mais de 50 anos. Com essas novas redes, os rompimentos devem reduzir drasticamente, diminuindo também o índice de perdas na distribuição, que hoje é de 20%, metade da média brasileira (40%)."

A empresa também trabalha na expansão do sistema macro adutor, com a construção de mais 39 km de subadutoras, que vai atender bairros mais distantes como Gargantilha, Monte Belo e Bananal, e a construção de uma nova adutora de água bruta para levar água para tratamento nas estações 3 e 4.

Nesta sexta, em comemoração ao Dia Mundial da Água, o prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos), e o presidente da Sanasa, Manoelito Magalhães Júnior, inauguram, às 9h, o reservatório de água potável João Erbolato e também lançam o aplicativo da Sanasa para celular.

SISTEMA CANTAREIRA
Principal fonte de abastecimento de Campinas e de sua região metropolitana, o Sistema Cantareira opera com níveis de reservação considerados confortáveis e os mais elevados em uma década. O volume atual é suficiente para garantir o abastecimento no período de estiagem que se aproxima. A avaliação é do Consórcio das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) e da Sanasa. O Comitê PCJ alerta, porém, que a região deve manter ações de uso racional da água para ter um cenário



Estação de Tratamento de Água 4 da Sanasa, localizada no distrito de Sousas: empresa tem feito diversos investimentos em obras que integram o Plano Campinas 2030, criado para aprimorar e garantir a segurança hídrica de Campinas e o desenvolvimento sustentável

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Sanasa celebra redução de 25% no consumo de água

Empresa atribui o resultado apurado em um período de 13 anos às campanhas de conscientização ambiental

positivo em 2025. Segundo o Consórcio PCJ, o Sistema Cantareira fechou fevereiro com um volume de água na ordem de 76%, aumentando essa reservação para 77% nos primeiros dias de março. No mesmo período do ano passado, o volume armazenado nos reservatórios do Cantareira era de 75,5% em 2023 e 43% em março de 2022. "Nota-se que devido às chuvas mais volumosas registradas nas áreas de cabeceira do Cantareira, observadas no final de 2022 e ano de 2023, o Sistema registrou uma boa recuperação de seus volumes de água, atingindo valores que não eram observados há praticamente 10 anos", afirma o assessor técnico do Consórcio PCJ, Flávio Forti Stenico.

As projeções, segundo o PCJ, indicam que se as chuvas ocorrerem até 25% abaixo das previsões médias para o período restante do mês de março, o Cantareira encerra

o mês com volume de aproximadamente 76%. "Essa projeção é bastante otimista, pois os atuais volumes de água garantirão, nesse próximo período de estiagem, a disponibilidade hídrica dos principais municípios que são atendidos pelas vazões regularizadas pelo Sistema", avalia o especialista.

A situação favorável ocorre mesmo com a região chegando ao segundo verão com menor volume de chuvas dos últimos 35 anos, segundo o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climatológicas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Unicamp. De dezembro a fevereiro deste ano, a região contabilizou 400 milímetros. Tal volume só foi menor que o verão ocorrido entre o fim de 2013 e início de 2014, período em que choveu 251 milímetros.

O consórcio, porém, destaca a importância de preservação da água e seu uso consciente em Campinas, na re-

gião metropolitana e em toda a área das Bacias PCJ, principalmente pelo fato de a região abrigar um grande adensamento populacional e industrial, com elevado desenvolvimento tecnológico e agrícola.

"O uso consciente e estratégico da água apresenta-se como uma forma de garantir não somente o desenvolvimento, mas também a sustentabilidade hídrica local. As mudanças do clima e as instabilidades climáticas, com a ocorrência dos eventos extremos, também evidenciam cada vez mais a necessidade de as cidades e regiões adaptarem-se de forma sustentável e resiliente junto às temáticas ambientais, principalmente em relação à água", explica Stenico.

Alexandre Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ, frisa que, apesar do cenário favorável, a região demanda a promo-

ção do uso racional para poupar o máximo de água projetando 2025. "Ao final do primeiro semestre deste ano, o resfriamento das águas do Oceano Pacífico deve registrar o fenômeno La Niña, podendo impactar na redução das chuvas no Sudeste do país ao longo do ano. A Câmara Técnica monitora diariamente os níveis e discute mensalmente as previsões com mais de 100 representantes dos diferentes setores públicos, privados e da sociedade civil."

Denis Herrison da Silva, secretário executivo dos Comitês PCJ, ponderou que Campinas é uma das regiões mais povoadas da Bacia Hidrográfica e o seu crescimento trouxe impactos sobre as áreas onde ocorriam a drenagem natural das nascentes que ofertavam água e constante vazão aos rios.

"Por outro lado, esse mesmo processo de ocupação favorece o rápido escoamento

das águas das chuvas, o que afeta a questão da macrodrenagem urbana e, portanto, deve ser um importante assunto a ser trabalhado no município. Do ponto de vista hidrogeológico o uso consistente da água está relacionado não somente às boas práticas e ao uso racional da água tratada, mas também deve se estender às atividades de preservação dos poucos fragmentos de vegetação nativa ainda existentes, assim como a restauração de áreas florestais, pois estas exercem importante papel de recarga e de proteção dos cursos d'água."

Como uma das principais ações de futuro e de disponibilidade hídrica, o Consórcio PCJ defende as obras das barragens de Pedreira e Amparo, assim como as obras da barragem do Ribeirão Piraf, previstas no planejamento estratégico regional constantes no Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

"As Barragens de Pedreira, Duas Pontes e do Piraf são obras estratégicas para garantir a ampliação da disponibilidade hídrica e desenvolvimento para a região, além da regularização da vazão dos rios Jaguari, Camanducaia e Ribeirão Piraf em épocas de chuva e de estiagem", afirma o secretário executivo.

Conforme estudos do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), as barragens de Duas Pontes e Pedreira deverão prover, respectivamente, vazões regularizadas de 8,72 m³/s e 8,46 m³/s, aumentando as vazões disponíveis nos rios Camanducaia e Jaguari em cerca de 9 m³/s para jusante.

"É importante ressaltar que as barragens de Pedreira e Duas Pontes vão beneficiar, direta ou indiretamente, até 27 municípios das Bacias PCJ, impactando positivamente no balanço hídrico regional", conclui Silva.

O Governo de São Paulo finalizou, na última sexta-feira (15), o processo de consulta pública sobre a desestatização da Sabesp, realizado entre 15 de fevereiro e 15 de março, com um número significativo de sugestões enviadas pela população. Ao todo, foram recebidas 976 contribuições. Elas foram enviadas em um processo marcado por oito audiências públicas, nas quais foram realizadas 135 manifestações orais. A privatização da Sabesp ocorre em um contexto marcado por incertezas e preocupações sobre os impactos para a região. Especialistas alertam para possíveis consequências negativas, como o aumento

Consulta pública sobre desestatização da Sabesp recebe quase mil sugestões

das tarifas, dificuldades de acesso à água para as populações periféricas e a perda da qualidade da água. O governo estadual, por outro lado, refuta essa visão e defende que desestatização reduzirá a tarifa e atrairá mais investimentos. As audiências ocorreram em sete cidades - São Paulo, Santos, São José dos

Campos, Registro, Franca, Presidente Prudente e Lins. Foi realizada também uma audiência virtual. Durante o processo de consulta e audiências públicas, a sociedade também propôs ajustes no plano de investimentos obrigatórios previsto para os municípios. Agora, as contribuições serão analisadas. As sugestões que trouxeram

melhorias para a desestatização alcançarão seus objetivos serão integradas à minuta final dos documentos do contrato de concessão em andamento. Documentos finais serão encaminhados aos municípios até o final de março. O novo contrato da Sabesp, discutido na consulta pública, inclui um cronograma de investimentos para o período da concessão, sujeito à revisão a cada cinco anos. No total, estima-se um valor de investimento de R\$ 260 bilhões até 2060, com R\$ 68 bilhões destinados à universalização do saneamento básico, em São Paulo, até 2029.

